

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

**Demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024**

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

Relatório da Administração regulatório

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1
BALANÇO PATRIMONIAL.....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	8

1	CONTEXTO OPERACIONAL	10
2	SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	11
3	BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	12
4	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	13
5	CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	16
6	IMOBILIZADO	18
7	INTANGÍVEL	21
8	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	22
9	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	24
10	TRIBUTOS A RECOLHER.....	27
11	PROVISÃO PARA LITÍGIOS	27
12	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA	29
13	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO	31
14	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	32
15	COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DA CCEE.....	32
16	PESSOAL E ADMINISTRADORES	33
17	RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	33
18	REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	34
19	CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	39
20	CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	45
21	CONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	45
23	EVENTOS SUBSEQUENTES	45



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Ao Conselho de Administração e Diretoria da
Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA
Macapá - AP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in black ink that reads 'Nathália Araújo Domingues'. The signature is written in a cursive style with a large initial 'N'.

Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)



	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9.3	72.766	83.347	Fornecedores		209.082	182.344
Consumidores	5	359.515	347.873	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	512.484	498.506
Concessionárias e permissionárias	5	11.064	7.705	Obrigações sociais e trabalhistas		14.232	10.580
Serviços em curso		21.440	15.348	Tributos a recolher	10	132.153	118.935
Tributos compensáveis		63.804	49.722	Provisões para litígios	11	125.673	125.172
Depósitos judiciais e cauções		-	809	Encargos setoriais		18.156	16.078
Almoxarifado operacional		9.321	7.652	Passivos financeiros setoriais	8	17.851	221.204
Investimentos temporários	9.3	619.767	878.538	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	10.765	8
Ativos financeiros setoriais	8	16.660	98.619	Outros passivos circulantes		24.709	33.684
Despesas pagas antecipadamente		1.785	2432	Total do passivo circulante		1.065.105	1.206.511
Instrumentos financeiros derivativos	9.4	19.009	33.974				
Encargos setoriais a compensar		-	-	Não circulante			
Outros ativos circulantes		102.352	150.494	Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	2.435.745	2.515.237
Total do ativo circulante		1.297.483	1.676.513	Tributos a recolher	10	124.767	201.971
				Provisões para litígios	11	48.469	72.786
Não circulante				Encargos setoriais		15.446	9.426
Consumidores	5	47.920	71.057	Passivos financeiros setoriais	8	186.074	77.199
Serviços em curso		5.750	4.270	Instrumentos financeiros derivativos	9.4	68.684	4.362
Tributos compensáveis		46.135	53.121	Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	12	308.855	209.990
Depósitos judiciais e cauções	11	7.356	7.773	Outros passivos não circulantes		13.400	12.324
Ativos financeiros setoriais	8	313.213	149.851	Total do passivo não circulante		3.201.440	3.103.295
Despesas pagas antecipadamente		560	-				
Instrumentos financeiros derivativos	9.4	-	62.487	Patrimônio líquido negativo			
Outros ativos não circulantes		78.370	78.993	Capital social	13	1.517.876	1.517.876
Imobilizado	6	1.910.424	1.694.536	Reserva de Capital		676	263
Intangível	7	83.955	64.066	Outros resultados abrangentes		357.497	370.951
Total do ativo não circulante		2.493.683	2.186.154	Prejuízos acumulados		(2.351.428)	(2.336.229)
				Total do patrimônio líquido negativo		(475.379)	(447.139)
Total do ativo		3.791.166	3.862.667	Total do passivo e patrimônio líquido negativo		3.791.166	3.862.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de real)

	Notas	2025	2024
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	14	1.907.929	1.608.764
Fornecimento de energia elétrica		1.221.030	1.116.571
Suprimento de energia elétrica		162.066	38.306
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		59.194	43.122
Ativos e passivos financeiros setoriais		190.960	252.562
Serviços cobráveis		1.289	2.541
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		273.390	155.662
Tributos		(393.601)	(294.748)
ICMS		(229.351)	(183.703)
PIS-PASEP		(29.293)	(11.299)
COFINS		(134.924)	(99.670)
ISS		(33)	(76)
Encargos - Parcela "A"		(81.000)	(128.192)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(7.167)	(5.929)
Programa de Eficiência Energética – PEE		(7.167)	(5.929)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(65.062)	(115.128)
Taxa de fiscalização		(1.604)	(1.206)
Receita líquida / Ingresso líquido		1.433.328	1.185.824
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(807.279)	(577.841)
Energia elétrica comprada para revenda		(688.718)	(484.421)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		(118.561)	(93.420)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		626.049	607.983
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(310.485)	(178.603)
Pessoal e administradores	16	(51.625)	(34.037)
Material		(7.991)	(4.342)
Serviços de terceiros		(101.147)	(104.283)
Arrendamento e aluguéis		(1.487)	(898)
Seguros		(347)	(163)
Doações, contribuições e subvenções		(1.140)	(771)
Provisões		7.360	(21.526)
Perdas na alienação de bens e direitos		(47.448)	(5.683)
(-) Recuperação de despesas		5.227	6.489
Tributos		(564)	(448)
Depreciação e amortização		(86.966)	(33.818)
Gastos diversos		(18.192)	(26.625)
Outras receitas operacionais		24.586	57.063
Outras gastos operacionais		(30.751)	(9.561)
Resultado da Atividade		315.564	429.380
Resultado Financeiro		(333.185)	(248.049)
Despesas financeiras		(667.387)	(592.901)
Receitas financeiras		334.202	344.852
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(17.621)	181.331
Despesa com impostos sobre o lucro		(22.607)	296
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	296
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(22.607)	-
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		(40.228)	181.627
Lucro por ação básico diluído - R\$			
Ação ordinária		(0,02650)	0,11966

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA



Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de real)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	(40.228)	181.627
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado		
Realização da reserva de reavaliação	(25.358)	(245.801)
Resultado de <i>hedge accounting</i>	11.902	5.609
Outros resultados abrangentes do período, líquido de impostos	(13.456)	(240.192)
Total resultados abrangentes	(53.684)	(58.565)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.517.876	-	96.375	15.466	(2.592.926)	(963.210)
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	7.701	-	7.701
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.070	75.070
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.517.876	-	96.375	23.167	(2.517.856)	(880.439)
Reserva de reavaliação	-	-	245.801	-	-	245.801
Resultado de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	5.609	-	5.609
Pagamento baseado em ações- Matching Shares	-	263	-	-	-	263
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	181.627	181.627
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.517.876	263	342.176	28.776	(2.336.229)	(447.139)
Reserva de reavaliação	-	-	(25.358)	-	25.029	(329)
Resultado de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	11.902	-	11.902
Pagamento baseado em ações- Matching Shares	-	415	-	-	-	415
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(40.228)	(40.228)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.517.876	678	316.818	40.678	(2.351.428)	(475.379)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia de Eletricidade do Amapá

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de Reais)

	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	(40.228)	181627
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Amortização/ Depreciação	86.966	33.818
Baixas no intangível / ativo imobilizado / obrigações vinculadas à concessão	82.086	1.830
Provisão e atualização de encargos setoriais	14.357	17.690
Imposto de renda e contribuição social	(22.607)	(296)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias, cambiais e marcação a valor justo líquidas	219.349	413.817
Ativos/passivos financeiros setoriais	(205.416)	(258.662)
Provisões e atualizações para riscos judiciais	(759)	5.242
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	(14.943)
Perdas (Ganhos) com instrumentos derivativos	209.472	(147.323)
Valor justo das opções de compra de ações	2.426	2.274
Ajuste a valor presente	11.475	250
Participação nos lucros	5.361	5.361
Rendimentos de investimentos temporários	(116.678)	(55.813)
Encargos de geração distribuída	-	173
Provisão para perda de estoque	-	9.562
Subtotal	245.804	194607
Redução (Aumento) de Ativos		
Consumidores	20	(12.098)
Concessionárias e permissionárias	(3.359)	(6.693)
Serviços em curso	(7.572)	(7.561)
Depósitos judiciais e cauções	1.226	(5.402)
Almoxarifado operacional	(1.669)	(2.183)
Ativos financeiros setoriais	31.088	(72.278)
Tributos compensáveis	(7.096)	(2.158)
Despesas pagas antecipadamente	87	(1.073)
Outros ativos circulantes	48.765	(99.692)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	19.294	(26.794)
Obrigações sociais e trabalhistas	(12.389)	(14.066)
Tributos	(41.379)	(60.327)
Encargos setoriais	(6.259)	(69.542)
Passivos financeiros setoriais	(1.553)	386.089
Provisões para litígios	(23.057)	(53.572)
Outros passivos circulantes	(15.268)	5.526
CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	226.683	152.783
Rendimentos de aplicações financeiras	116.678	55.813
Encargos de dívidas pagos	(350.222)	(261.073)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(6.861)	(52.477)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado	(421.472)	(297.900)
Intangível	(26.039)	(27.501)
Obrigações vinculadas à concessão	170.908	69.444
Títulos e Valores Mobiliários aplicados	258.771	(408.916)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(17.832)	(664.873)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos, Financiamentos e debêntures Pagos	(1.216.215)	-
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures Obtidos	1.219.459	782.715
Recebimento de instrumentos financeiros	10.868	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	14.112	782715
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.581)	65.365
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes a caixa		
No início do exercício	83.347	17.982
No fim do exercício	72.766	83.347
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(10.581)	65.365

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1 Contexto operacional

A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ("Companhia" ou "CEA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Macapá, no Estado do Amapá, controlada pela Equatorial Participações e Investimentos II S.A. ("Equatorial Participações II"), tendo por controladora final a Equatorial S.A. A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o Estado do Amapá, com 142.815 km²(^{*)}, atendendo, em 31 de dezembro de 2025, 269.995(^{*)} consumidores em 16 municípios, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

(^{*)} referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

A Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Até novembro de 2021, a Companhia foi gerida pelo Governo do Estado do Amapá (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR). Conforme novo Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 01/2021, assinado em 24 de novembro de 2021, celebrado entre a ANEEL, a Companhia e o acionista controlador (Equatorial Participações II), o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 23 de novembro de 2051, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente.

1.2 Continuidade Operacional

A Administração fez avaliação sobre a capacidade operacional da Companhia para os próximos 12 meses e as demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de empréstimos e financiamentos e debêntures, conforme os prazos divulgados na nota explicativa nº 9.

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, prejuízo líquido de R\$ 40.228 (lucro líquido de R\$ 181.627 em 31 de dezembro de 2024), capital circulante líquido positivo de R\$ 232.378 (positivo R\$ 470.002 em 31 de dezembro de 2024) e passivo a descoberto em R\$ 475.379 (R\$ 447.139 em 31 de dezembro de 2024). O resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro foi de R\$ 315.564 (R\$ 429.380 em 31 de dezembro de 2024). A situação econômico-financeira atual indica que a Companhia está envidando esforços para reverter a situação de prejuízos históricos de acordo ainda com suas projeções.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Com objetivo de fortalecer os seus fluxos de caixa operacionais, seus resultados e reverter os indicadores negativos, a Companhia estabeleceu, entre outras, as seguintes ações estruturantes:

- (i) Priorização de investimentos com impacto em incremento de consumidores, combate às perdas e melhoria da qualidade e continuidade do fornecimento, visando melhora do fluxo de caixa da Companhia;
- (ii) Fortalecimento das ações de cobrança e de combate às perdas;
- (iii) Liquidação dos recursos captados à mercado provenientes da 8ª, 9ª Emissão de Debêntures Simples: Em 11 de julho de 2025, ocorreu a liberação dos recursos da 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 600.000 , ao custo de CDI + 0,9245% a.a. e prazo de 2 anos, cujos recursos líquidos serão destinados à gestão ordinária. Em 01 de julho de 2025, ocorreu a liberação dos recursos da 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor de R\$ 150.000, ao custo de IPCA + 7,0606% a.a. com swap para CDI – 0,020% a.a. e prazo de 12 anos, cujos recursos serão destinados ao reembolso de despesa, dívidas ou gastos relacionados a projetos de infraestrutura.

A Administração da Companhia acredita que as obrigações futuras serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos e tem em seu controlador uma estrutura sólida para recorrer a aumento de capital, se necessário. Adicionalmente, o acionista controlador, através da Equatorial S.A., assegura as necessidades de caixa da Companhia na forma de capital ou adiantamentos para permitir a liquidação de obrigações futuras até que a operação atinja seu equilíbrio financeiro.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com o contrato de concessão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (custos da Parcela A); e (2) uma parcela de custos operacionais (custos da Parcela B). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (ajuste escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69 kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica são atribuições do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Base de preparação

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 20 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Companhia em 29 de abril de 2026.

4 Principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas na nota explicativa nº 3 – Políticas contábeis materiais, emitidas em 25 de março de 2026, exceto ao CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, OCPC 05 – Contrato de Concessão, ICPC 01(R1) – Contratos de Concessão e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Ativos e passivos financeiros setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a Companhia contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão.

Os ativos e passivos financeiros setoriais serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.2 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2024. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.3 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no MCSE. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Companhia tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências, etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.4 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando aplicada, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.5 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos da União, Estado e Município consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

4.6 Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 30 de abril de 2024, sendo que os valores apresentados refletem a base que foi protocolada na Revisão Tarifária Extraordinária e homologada pela Aneel em Nota Técnica nº 237/2023-SFF/ANEEL, no processo de revisão tarifária da data-base de junho 2023.

4.7 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



5 Consumidores, concessionárias e permissionárias

5.1 Composição

Descrição - R\$ Mil	Valores correntes								Valores renegociados										2025	2024
	Corrente a vencer		Corrente vencida						Provisão p/ devedores duvidosos	Renegociada a vencer			Renegociada vencida							
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias		Mais de 60 dias	(-) Ajuste a valor presente	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ devedores duvidosos			
Fornecimento de energia	128.683	658	42.679	22.058	17.623	26.900	167.654	(123.031)	16.771	121.581	(17.505)	4.865	5.786	6.181	11.192	61.240	(85.900)	407.435	418.930	
Residencial	36.535	270	31.916	14.532	12.656	20.535	142.542	(93.812)	11.000	71.322	(9.166)	3.148	3.338	4.332	8.867	42.498	(57.379)	243.134	256.321	
Industrial	4.119	221	1.096	77	92	350	942	(951)	641	6.420	(886)	172	205	409	310	5.443	(6.058)	12.602	13.570	
Comercial	20.561	153	5.665	2.098	2.297	2.927	16.006	(12.051)	1.923	11.074	(1.556)	463	731	607	1.511	7.831	(9.824)	50.416	52.682	
Rural	166	-	337	382	472	709	3.573	(2.329)	137	996	(20)	44	56	54	106	645	(866)	4.462	4.001	
Poderes Públicos	11.065	14	3.053	4.764	1.808	1.823	4.005	(5.216)	2.403	16.795	(2.610)	888	1.346	687	453	3.657	(7.901)	37.034	35.823	
Iluminação Pública	2.439	-	504	197	292	547	580	(841)	604	14.830	(3.256)	129	110	52	(55)	1.166	(3.794)	13.504	16.314	
Serviço Público	1.199	-	108	8	6	9	6	(75)	63	144	(11)	21	-	40	-	-	(78)	1.440	1.045	
Serviço Taxado	787	-	-	-	-	-	-	(238)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	549	140	
Fornecimento Não Faturado (a)	34.840	-	-	-	-	-	-	(1.550)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.290	34.582	
(-) Arrecadação Processo Classif. e Outros	(3.397)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.397)	(3.858)	
Outros	20.369	-	-	-	-	-	-	(5.968)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.401	8.310	
Encargos de Uso da Rede Elétrica	11.064	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.064	7.705	
Total	139.747	658	42.679	22.058	17.623	26.900	167.654	(123.031)	16.771	121.581	(17.505)	4.865	5.786	6.181	11.192	61.240	(85.900)	418.499	426.635	

(a) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, sendo em alguns casos encerrados após o período de fechamento contábil.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

5.2 Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

5.2.1 Critérios

A Companhia adota metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (aging list). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

5.2.2 Movimentação do saldo

	2024	Provisões / Reversões (a)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(151.021)	16.628	19.118	(115.275)
Parcelamentos	(95.247)	4.185	5.162	(85.900)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.414)	(136)	-	(1.550)
Outras (b)	(5.888)	(1.009)	691	(6.206)
Total	(253.570)	19.668	24.971	(208.931)

(a) A movimentação líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, gerou uma reversão no montante de R\$ 19.668, com impacto no resultado operacional e no resultado financeiro referente a constituição de reversão de R\$ 21.437 e provisão R\$ 1.769, respectivamente; e

(b) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado

A composição do imobilizado é conforme demonstrado a seguir:

Ativo imobilizado em serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Geração	265	-	-	-	107.590	107.855	-	(76)	107.779	198	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	82	-	-	-	-	82	-	(14)	68	71	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	183	-	-	-	107.590	107.773	-	(62)	107.711	127	-	-	-
Distribuição	2.182.417	-	(82.086)	518.271	(140.966)	2.477.636	436.185	(1.075.769)	1.401.867	1.147.464	(357.373)	84.910	(272.463)
Terrenos	4.350	-	-	6.939	18.424	29.713	6.939	-	29.713	4.350	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	24.926	-	-	2.632	2.770	30.328	2.632	(13.319)	17.009	12.302	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.146.304	-	(82.086)	508.680	(155.350)	2.417.548	426.594	(1.059.619)	1.357.929	1.125.827	-	-	-
Veículos	6.777	-	-	-	(6.781)	(4)	-	(2.822)	(2.826)	4.929	-	-	-
Móveis e Utensílios	60	-	-	20	(29)	51	20	(9)	42	56	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(357.373)	84.910	(272.463)
Administração	33.124	-	-	15.819	33.502	82.445	15.819	(3.842)	78.603	31.415	-	-	-
Terrenos	18.424	-	-	-	(18.424)	-	-	-	-	18.424	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.134	-	-	6.210	1.060	8.404	6.210	(157)	8.247	1.106	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	12.846	-	-	6.577	50.783	70.206	6.577	(3.507)	66.699	11.201	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e Utensílios	720	-	-	3.032	83	3.835	3.032	(178)	3.657	684	-	-	-
Subtotal	2.215.806	-	(82.086)	534.090	126	667.936	452.004	(1.079.687)	1.588.249	1.179.077	(357.373)	84.910	(272.463)
Ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024	Obrigações Especiais brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais líquidas
Distribuição	482.473	327.168	-	(518.323)	-	291.318	(191.155)	-	291.318	482.477	(36.392)	-	(36.392)
Máquinas e Equipamentos	385.532	329.353	-	(508.257)	-	206.628	(178.904)	-	206.628	385.536	-	-	-
Outros	96.941	(2.185)	-	(10.066)	-	84.690	(12.251)	-	84.690	96.941	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.392)	-	(36.392)
Demais atividades	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	32.986	13.710	-	(15.839)	-	30.857	(2.129)	-	30.857	32.982	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	22.891	9.814	-	(4.807)	-	27.898	5.007	-	27.898	22.891	-	-	-
Outros	10.095	3.896	-	(11.032)	-	2.959	(7.136)	-	2.959	10.091	-	-	-
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	515.459	340.878	-	(534.162)	-	322.175	(193.284)	-	322.175	515.459	(36.392)	-	(36.392)
Total do Ativo Imobilizado	2.731.265	340.878	(82.086)	(72)	126	2.990.111	258.720	(1.079.687)	1.910.424	1.694.536	(393.765)	84.910	(308.855)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A composição da conta "Máquinas e equipamentos" da atividade de distribuição é conforme a seguir demonstrada:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor bruto	Depreciação e Amortização acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido 2024
Em serviço					
Geração	3,38%	107.855	(76)	107.779	198
Custo Histórico		107.855	(76)	107.779	198
Distribuição	4,49%	2.477.635	(1.075.769)	1.401.866	1.147.464
Custo Histórico		2.477.635	(1.075.769)	1.401.866	1.147.464
Administração	4,19%	82.445	(3.842)	78.603	31.415
Custo Histórico		82.445	(3.842)	78.603	31.415
		2.667.935	(1.079.687)	1.588.248	1.179.077
Em curso					
Distribuição		291.322	-	291.322	482.477
Administração		30.853	-	30.853	32.982
		322.175	-	322.175	515.459
Total		2.990.110	(1.079.687)	1.910.423	1.694.536

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é conforme a seguir demonstrada:

Adições do ativo imobilizado em curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Outros Gastos	Total
Terrenos	3.808	(174)	-	-	76	3.710
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	105	6.975	428	-	-	7.508
Máquinas e Equipamentos	179.926	130.465	19.320	6.209	3.247	339.167
Móveis e Utensílios	22	-	-	-	-	22
Outros	8.679	23	-	-	(18.231)	(9.529)
Total	192.540	137.289	19.748	6.209	(14.908)	340.878

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
POSTE	3,48%
MEDIDOR	6,73%
CONDUTOR	3,57%
TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO	4,00%
RELIGADOR	4,00%
REGULADOR DE TENSÃO	4,35%
CHAVE	6,15%
DISJUNTOR	3,03%
Administração central	
EQUIPAMENTO GERAL	6,25%
EQUIPAMENTO GERAL DE INFORMATICA	16,67%
VEICULOS	14,29%
EDIFICAÇÃO	3,33%

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A Resolução normativa ANEEL nº 948, 16 de novembro de 2021, em seu art. 3º, prevê que os Agentes Setoriais devem solicitar prévia anuência do órgão regulador para a desvinculação de bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A resolução normativa que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, em seu art. 4º dispensa da obrigação de que trata o art. 3º, sem prejuízo do controle a posteriori e das sanções previstas em lei, a desvinculação de bens considerados inservíveis à prestação do serviço público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, bem como à produção de energia elétrica a partir do aproveitamento de potencial hidráulico, devendo o agente setorial constituir dossiê da desvinculação.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>em R\$ mil</u>
1. TF-P 69/13,8 20/26,6 DYN1 OM LTC PDE	8.653
2. BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	7.902
3. TF-P 138/69/13,8KV 30/40MVA YNYN0D1 LTC	5.067
4. TERRENO SE AMAZONAS	3.956
5. BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	3.806
6. NOVO CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO	3.806
7. BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	3.339
8. BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	2.985
9. TERRENO - LD FAZENDINHA/SANTANDA 69KV	2.984
10. INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 220VCA	2.666
Total	45.164

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

<u>Descrição do bem</u>	<u>em R\$ mil</u>
1. CONDUTOR DE ALUMINIO	(1.004)
2. CONDUTOR DE ALUMINIO	(833)
3. POSTE DE CONCRETO	(729)
4. CONDUTOR DE ALUMINIO	(715)
5. TRANSF. DISTRIB. TRIF. 15 KV	(696)
6. CONDUTOR DE ALUMINIO	(461)
7. POSTE DE CONCRETO	(450)
8. POSTE DE CONCRETO	(448)
9. CONDUTOR DE ALUMINIO	(407)
10. POSTE DE CONCRETO	(370)
Total	(6.113)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Intangível

A composição do intangível é conforme a seguir demonstrada:

Ativo intangível em serviço	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	6.496	-	-	58	4.010	10.564	58	(4.203)	6.361	6.390
Servidões	6.073	-	-	-	-	6.073	-	-	6.073	6.073
Softwares	423	-	-	58	4.010	4.491	58	(4.203)	288	317
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	19.528	-	-	6.510	(4.135)	21.903	6.510	(8.962)	12.941	12.689
Softwares	19.528	-	-	6.510	(4.135)	21.903	6.510	(8.962)	12.941	12.689
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	26.024	-	-	6.568	(125)	32.467	6.568	(13.165)	19.302	19.079
Ativo intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Distribuição	5.256	1.217	-	(5)	-	6.468	1.212	-	6.468	5.256
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	5.256	1.217	-	(5)	-	6.468	1.212	-	6.468	5.256
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	39.731	24.947	-	(6.493)	-	58.185	18.454	-	58.185	39.731
Softwares	39.734	24.947	-	(6.493)	-	58.188	18.454	-	58.188	39.734
Outros	(3)	-	-	-	-	(3)	-	-	(3)	(3)
Subtotal	44.987	26.164	-	(6.498)	-	64.653	19.666	-	64.653	44.987
Total do Ativo Intangível	71.011	26.164	-	70	(125)	97.120	26.234	(13.165)	83.955	64.066

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

8 Ativos e passivos financeiros setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

(a) Conta de compensação de variação de custos da "Parcela A"

Os itens da Parcela "A" são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de dezembro de 2024 a de novembro de 2025, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Através da Resolução Homologatória nº 3.430, de 10 de dezembro de 2024, a ANEEL homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2024, as Tarifas de Energia (TE) e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), com efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de 13,70% (menos quatro vírgula vinte e oito por cento). As novas tarifas estão em vigor no período de dezembro 2024 a de dezembro de 2025.

Os créditos da Parcela "A" são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela "A" são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

(b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

(i) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

(ii) Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 117,8% em 31 de dezembro de 2025 (110,08% em 31 de dezembro de 2024). No entanto, com a energia involuntária a companhia fica dentro do limite regulatório. A sobrecontratação abaixo do limite não gerou perda financeira.

(iii) Outras

São demais componentes financeiros elencados no Submódulo 4.4 e 4.4 A do PRORET, quais sejam: i. Garantias financeiras de CCEARs; ii. Penalidade por descumprimento da meta de Universalização; iii. Compensação por violação de limites de continuidade; vi. Descasamento da TUSD Distribuição; v. Recálculo de processo tarifário anterior; e vi. Acordo Bilateral de CCEAR.

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação das contas de ativos financeiros setoriais, bem como a abertura do saldo é o seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais	2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	54.514	69.202	(31.459)	7.161	9.815	-	109.233	1.166	108.067	6.199	103.034
Aquisição de Energia - (CVA energia)	38.728	54.414	(19.246)	5.734	-	-	79.630	801	78.829	4.472	75.158
Proinfa	523	2.005	(520)	149	(25)	-	2.132	30	2.102	128	2.004
Transporte Rede Básica	4.723	7.867	(2.585)	391	46	-	10.442	-	10.442	486	9.956
ESS	9.931	105	(8.443)	627	(1.885)	-	335	335	-	335	-
CDE	609	4.811	(665)	260	11.679	-	16.694	-	16.694	778	15.916
Demais Ativos Financeiros Setoriais	193.956	75.105	(31.440)	23.922	(12.159)	(28.744)	220.640	234	220.406	10.461	210.179
Neutralidade da Parcela A	-	64.003	-	5.722	(2.774)	-	66.951	-	66.951	3.118	63.833
Sobrecontratação de Energia	28.745	9.611	-	413	(9.385)	(28.744)	640	-	640	30	610
Outros	165.211	1.491	(31.440)	17.787	-	-	153.049	234	152.815	7.313	145.736
Total Ativos Financeiros Setoriais	248.470	144.307	(62.899)	31.083	(2.344)	(28.744)	329.873	1.400	328.473	16.660	313.213

A movimentação das contas de passivos financeiros setoriais, é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais	2024	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Outros	2025	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(37.402)	(94.488)	25.512	(13.456)	(9.814)	-	(129.648)	(274)	(129.374)	(12.762)	(116.886)
Aquisição de Energia - (CVA energia)	-	(6.910)	-	-	-	-	(6.910)	-	(6.910)	(6.910)	-
Proinfa	(1.631)	-	1.720	(115)	26	-	(0)	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	(1.654)	84	1.642	(40)	(48)	-	(16)	(16)	-	(16)	-
ESS	(2.940)	(4.478)	2.918	(119)	1.888	-	(2.731)	(22)	(2.709)	(22)	(2.709)
CDE	(31.177)	(83.184)	19.232	(13.182)	(11.680)	-	(119.991)	(236)	(119.755)	(5.814)	(114.177)
Demais Ativos Financeiros Setoriais	(261.001)	(11.445)	189.973	(3.171)	12.158	(791)	(74.277)	(1.964)	(72.314)	(5.091)	(69.188)
Neutralidade da Parcela A	(30.577)	-	27.597	-	2.774	-	(206)	(206)	-	(206)	-
Sobrecontratação de Energia	(35.826)	(2.093)	-	(34)	9.384	-	(28.569)	-	(28.569)	(1.331)	(27.238)
Outros	(194.598)	(9.352)	162.376	(3.137)	-	(791)	(45.502)	(1.758)	(43.745)	(3.552)	(41.950)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(298.403)	(105.933)	215.485	(16.627)	2.344	(791)	(203.925)	(2.238)	(201.688)	(17.851)	(186.074)

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9 Empréstimos, financiamentos e debêntures

9.1 Abertura do endividamento

Instituição / linha credora	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo total	Adimplente	Data captação / Repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data próxima amortização	Vencimento final	Frequência de Amortiz.	Sistemática amortização
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	13.741	452.157	260.929	726.827											
Scotiabank USD 43 MM	17	120.688	-	120.705	Sim	29/12/21	Aval/Fiança	US\$	2,52%	29/06/2026	Semestral	29/12/2026	29/12/2026	Anual	SAC
Citibank USD 47 MM	5.728	-	260.929	266.657	Sim	25/08/25	Aval/Fiança	Outro	1,10%	25/02/2026	Semestral	24/08/2028	24/08/2028	Anual	Bullet (final)
Citibank USD 36 MM	4.778	198.086	-	202.864	Sim	06/02/23	Aval/Fiança	Outro	0,84%	06/02/2026	Semestral	06/02/2026	06/02/2026	Outro	Bullet (final)
Citibank USD 24 MM	3.218	133.383	-	136.601	Sim	06/02/23	Aval/Fiança	Outro	0,84%	06/02/2026	Semestral	06/02/2026	06/02/2026	Outro	Bullet (final)
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	38.097	8.489	2.174.816	2.221.402											
2ª Emissão Série única - BRL 195 MM	6.522	-	216.070	222.592	Sim	07/08/23	Aval/Fiança	IPCA	6,50%	15/01/26	Semestral	15/07/29	15/07/30	Anual	SAC
4ª Emissão série única - 200MM	625	-	218.796	219.421	Sim	28/12/23	Aval/Fiança	IPCA	6,75%	15/06/26	Semestral	15/12/31	15/12/33	Anual	Anual
5ª Emissão Série única - BRL 270 MM	5.056	-	270.000	275.056	Sim	10/06/24	Aval/Fiança	CDI	1,20%	14/05/26	Semestral	14/05/28	10/06/29	Anual	SAC
6ª Emissão Série única - BRL 275 MM	13.315	-	275.000	288.315	Sim	11/09/24	quiografária	CDI	1,20%	09/03/26	Semestral	09/09/28	09/09/29	Anual	Outro
7ª Emissão Série única - BRL 250 MM	869	-	259.171	260.040	Sim	20/12/24	Aval/Fiança	IPCA	7,91%	15/06/26	Semestral	15/12/33	15/12/36	Anual	Outro
8ª Emissão Série única - BRL 600 MM	10.562	-	608.912	619.474	Sim	11/07/25	Aval/Fiança	Euro	3,61%	11/07/26	Anual	11/07/27	11/07/27	Anual	Bullet (final)
9ª Emissão Série única - BRL 150 MM	452	-	150.118	150.570	Sim	15/07/25	Aval/Fiança	IPCA	7,00%	15/06/26	Semestral	15/06/34	15/07/37	Anual	Outro
BNDES - BRL 217 MM	696	12.047	200.862	213.605	Sim	02/07/25	Aval/Fiança	IPCA	7,71%	15/01/26	Mensal	15/01/26	15/08/43	Mensal	SAC
CCAP 2ª Emissão 195MM	-	(908)	(3.255)	(4.163)	Sim	28/12/23	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	15/12/33	Mensal	Outro
CCAP 4ª Emissão 200MM	-	(737)	(5.160)	(5.897)	Sim	11/09/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	09/09/29	Mensal	Outro
CCAP 5ª Emissão Série única - 270 MM	-	(223)	(539)	(762)	Sim	20/12/24	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	15/12/36	Mensal	Outro
CCAP 6ª Emissão Série única - 275 MM	-	(223)	(613)	(836)	Sim	30/09/25	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	11/07/27	Mensal	Outro
CCAP 7ª Emissão Série única - 250 MM	-	(915)	(9.151)	(10.066)	Sim	15/07/25	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	15/07/37	Mensal	Outro
CCAP 8ª Emissão Série única - 150 MM	-	(111)	(231)	(342)	Sim	02/07/25	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	15/08/43	Mensal	Outro
CCAP 9ª Emissão Série única - 250 MM	-	(356)	(3.741)	(4.097)	Sim	01/07/25	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	15/06/37	Mensal	Outro
CCAP - 2023 - BNDES - BRL 217 MM	-	(85)	(1.423)	(1.508)	Sim	01/07/25	Não há	Não há	0,00%	31/01/26	N.A.	31/01/26	15/06/37	Mensal	Outro
Dívidas tributárias (Refis, Paes)		102.359	124.767	227.126											
Refis	-	102.359	124.767	227.126	Sim	11/08/2014	Não há	Selic	0,77%	31/01/2026	Mensal	31/01/2025	30/07/2028	Mensal	SAC
	Juros curto prazo	Principal curto prazo	Principal + juros LP	Saldo Total											
Total por dívida	51.838	563.005	2.560.512	3.175.355											
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	13.741	452.157	260.929	726.827											
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	38.097	8.489	2.174.816	2.221.402											
Tributária	-	102.359	124.767	227.126											

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9.2 Cronograma de amortização de principal e juros de longo prazo

Instituição / linha credora	2027	2028	2029	2030	2031	2032+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	260.929	-	-	-	-	260.929
Scotiabank USD 43 MM	-	-	-	-	-	-	-
Citibank USD 47 MM	-	260.929	-	-	-	-	260.929
Citibank USD 36 MM	-	-	-	-	-	-	-
Citibank USD 24 MM	-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	617.375	281.194	399.950	107.016	95.510	673.773	2.174.818
2ª Emissão Série única - BRL 195 MM	-	-	118.570	97.500	-	-	216.070
4ª Emissão série única - 200MM	-	-	-	-	85.462	133.334	218.796
5ª Emissão Série única - BRL 270 MM	-	135.000	135.000	-	-	-	270.000
6ª Emissão Série única - BRL 275 MM	-	137.500	137.500	-	-	-	275.000
7ª Emissão Série única - BRL 250 MM	-	-	-	-	-	259.171	259.171
8ª Emissão Série única - BRL 600 MM	608.912	-	-	-	-	-	608.912
9ª Emissão Série única - BRL 150 MM	-	-	-	-	-	150.118	150.118
BNDES - BRL 217 MM	12.141	12.141	12.141	12.141	12.141	140.156	200.861
CCAP 2ª Emissão 195MM	(908)	(908)	(908)	(531)	-	-	(3.255)
CCAP 4ª Emissão 200MM	(737)	(737)	(737)	(738)	(737)	(1.474)	(5.160)
CCAP 5ª Emissão Série única - 270 MM	(223)	(223)	(93)	-	-	-	(539)
CCAP 6ª Emissão Série única - 275 MM	(223)	(223)	(167)	-	-	-	(613)
CCAP 7ª Emissão Série única - 250 MM	(915)	(915)	(915)	(915)	(915)	(4.576)	(9.151)
CCAP 8ª Emissão Série única - 150 MM	(231)	-	-	-	-	-	(231)
CCAP 9ª Emissão Série única - 250 MM	(356)	(356)	(356)	(356)	(356)	(1.960)	(3.740)
CCAP - 2023 - BNDES - BRL 217 MM	(85)	(85)	(85)	(85)	(85)	(996)	(1.421)
Dívidas tributárias (Refis, Paes)	90.849	33.918	-	-	-	-	124.767
Refis	90.849	33.918	-	-	-	-	124.767
Total por dívida	708.224	576.041	399.950	107.016	95.510	673.773	2.560.514

9.3 Abertura dos ativos financeiros

	Principal + juros curto prazo	Saldo Total
Ativos financeiros		
Caixa e aplicações financeiras	692.533	692.533
Saldo Final de Caixa - Conta 11011	72.766	72.766
Aplic. Financ. Fundos DI	619.767	619.767

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



9.4 Abertura dos Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos Derivativos	Instituição	Data Início	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	Valor Contratado	Fair Value
SWAP	Scotiabank	29/12/2021	29/12/2026	US\$ + 2,52% a.a.	CDI + 1,85% a.a.	250.000	(9.413)
SWAP	ABC	20/12/2024	15/12/2036	IPCA + 7,9091% a.a.	CDI + 0,51% a.a.	250.000	(7.311)
SWAP	Bradesco	15/06/2025	15/06/2037	IPCA + 7,0606% a.a.	CDI - 0,020% a.a.	150.000	(5.403)
SWAP	Bradesco	02/07/2025	15/08/2043	IPCA + 7,70% a.a.	CDI + 0,5850% a.a.	217.000	(6.819)
SWAP	BPN	11/07/2025	11/07/2027	EUR + 3,61% a.a.	CDI + 0,9245% a.a.	600.000	(40.443)
SWAP	Citibank	25/08/2025	24/08/2028	USD + Sofr + 1,10% a.a.	CDI + 0,99% a.a.	260.000	(10.060)
SWAP	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	USD + Sofr + 0,84% a.a.	CDI + 1,38% a.a.	179.280	11.360
SWAP	Citibank	06/02/2023	06/02/2026	USD + Sofr + 0,84% a.a.	CDI + 1,38% a.a.	120.720	7.649
Total						2.027.000	(60.440)
Ativo Circulante							19.009
Passivo Circulante							(10.765)
Passivo não circulante							(68.684)
Total							(60.440)

9.5 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros circulante	Principal circulante	Principal + juros não circulante	Total 2025	Total 2024
(+) Dívida bruta	51.838	573.770	2.629.196	3.254.804	3.307.489
Financ. / Emprést. moeda estrangeira	13.741	452.157	260.929	726.827	950.271
Financ. / Emprést. moeda nacional	38.097	8.489	2.174.816	2.221.402	2.063.472
Tributária	-	102.359	124.767	227.126	289.376
Derivativos a pagar	-	10.765	68.684	79.449	4.370
(-) Ativos financeiros	-	(711.542)	-	(711.542)	(1.058.346)
Alta liquidez	-	(72.766)	-	(72.766)	(83.347)
Demais Aplicações Financeiras	-	(619.767)	-	(619.767)	(878.538)
Derivativos a receber	-	(19.009)	-	(19.009)	(96.461)
(+) Dívida líquida I	51.838	(137.772)	2.629.196	2.543.262	2.249.143

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

10 Tributos a recolher

	2025	2024
Circulante		
IRPJ e CSLL	31	312
PIS e COFINS (a)	9.390	8.476
ICMS	13.852	12.912
ISS	2.929	5.514
Encargos sociais e outros	3.592	4.316
Parcelamento de tributos (b)	102.359	87.405
Total circulante	132.153	118.935
Não circulante		
Parcelamento de tributos (b)	124.767	201.971
Total não circulante	124.767	201.971
Total	256.920	320.906

- (a) A companhia realizou adesão ao Parcelamento Ordinário da Receita Federal de PIS/COFINS nº 02110001200757241542316 e reclassificou os saldos para o Parcelamento Federal; e
- (b) São saldos previdenciários que foram parcelados no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) da Lei nº 12.966/2014, débitos de pagamentos futuros e saldos previdenciários e demais débitos (Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL, PIS e COFINS), que foram parcelados no REFIS da Lei nº 12.966/2014, débitos para pagamento futuros.

11 Provisões para litígios

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos Judiciais	Provisão	Depósitos Judiciais
Cíveis	80.426	3.241	92.840	4.467
Fiscais	14.862	4.115	17.387	4.115
Trabalhistas	70.727	-	72.131	-
Regulatórias	8.127	-	15.600	-
Total	174.142	7.356	197.958	8.582
Circulante	125.673	-	125.172	809
Não circulante	48.469	7.356	72.786	7.773

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

11.1 Movimentação dos processos no exercício

	2024			2025		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	92.840	5.468	(10.697)	(4.072)	(3.113)	80.426
Tributárias	17.387	-	-	(50)	(2.474)	14.863
Trabalhistas	72.131	1.054	(4.274)	(1.626)	3.443	70.728
Regulatórios	15.600	-	(8.086)	-	611	8.125
Total contingências	197.958	6.522	(23.057)	(5.748)	(1.533)	174.142

	2023			2024		
	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	142.858	8.803	(40.888)	(11.893)	(6.040)	92.840
Fiscais	11.927	4.116	-	-	1.344	17.387
Trabalhistas	70.486	7.436	(5.258)	(4.234)	3.701	72.131
Regulatórias	21.017	1.250	(7.426)	-	759	15.600
Total contingências	246.288	21.605	(53.572)	(16.127)	(236)	197.958

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;

(2) Reversões realizadas no exercício; e

(3) Atualizações monetárias mensais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor- INPC acrescido de 1% da taxa Selic.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, a Companhia possui processos de natureza cível, fiscal e trabalhista, em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos demonstrado abaixo:

	2025	2025
Cíveis	151.827	125.741
Fiscais	2.690	2.530
Trabalhistas	1.452	1.194
Regulatório	3	-
Total	155.972	129.465

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

12 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Obrigações especiais	Depreciação - Taxa média anual	Custo histórico	Reavaliação	Total
Em serviço		(301.324)	(56.049)	(357.373)
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	5,63%	(2.367)	(664)	(3.031)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	5,63%	(19.687)	(5.521)	(25.208)
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	5,63%	(208.773)	(30.087)	(238.860)
Outros	5,63%	(70.497)	(19.777)	(90.274)
(-) Amortização Acumulada - AIS		43.913	40.997	84.910
Participação da União, Estados e Municípios		-	-	-
Participação Financeira do Consumidor		1.248	1.405	2.653
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		5.162	5.075	10.237
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento		-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica		16.546	13.302	29.848
Outros		20.957	21.215	42.172
Total		(257.411)	(15.052)	(272.463)

Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. – CEA

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias -- Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações especiais	Valor Bruto em 2024	Adições (A)	Transferências (B)	Valor bruto em 2025	Adições líquidas = (A) - (B)	Amortização Acum.	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Em serviço	(255.838)	-	(101.535)	(357.373)	(101.535)	84.910	(272.463)	(186.229)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	(58.416)	(58.416)	(58.416)	-	(58.416)	-
Participação Financeira do Consumidor	(58.416)	-	58.416	-	58.416	38.720	38.720	(19.880)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(19.679)	-	-	(19.679)	-	5.692	(13.987)	(15.518)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(107.247)	-	(101.535)	(208.782)	(101.535)	18.211	(190.571)	(97.043)
Outros	(70.496)	-	-	(70.496)	-	22.287	(48.209)	(53.788)
(-) Amortização acumulada - AIS	69.609	15.301	-	84.910	15.301	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	38.536	184	-	38.720	184	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	4.161	1.531	-	5.692	1.531	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	10.204	8.007	-	18.211	8.007	-	-	-
Outros	16.708	5.579	-	22.287	5.579	-	-	-
Em curso	(23.761)	(114.166)	101.535	(36.392)	(17.483)	-	(36.392)	(23.761)
Participação da União, Estados e Municípios	(35)	-	-	(35)	-	-	(35)	(35)
Participação Financeira do Consumidor	(1)	-	-	(1)	-	-	(1)	(1)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(163)	-	-	(163)	-	-	(163)	(163)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(10)	-	-	(10)	-	-	(10)	(10)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(5.110)	(96.683)	101.535	(258)	4.842	-	(258)	(5.110)
Outros	(18.442)	(17.483)	-	(35.925)	(17.483)	-	(35.925)	(18.442)
Total	(209.990)	(98.865)	-	(308.855)	(103.717)	84.910	(308.855)	(209.990)

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

As dez principais adições (pelo critério de valor) a obrigações especiais no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	(7.111)
2 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	(3.425)
3 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	(3.005)
4 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	(2.686)
5 INVERSOR COR ELETN 1000W 120VCC 220VCA	(2.400)
6 POSTE DT CONC B 11M 300DAN	(2.376)
7 PAINEL FOTOV MONOCRIST 530WP 20 M	(2.328)
8 POSTE DT CONC B 11M 300DAN	(2.152)
9 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	(2.095)
10 BATERIA SOLAR LITIO LFP 48V 150AH 3U.	(1.879)
Total	(29.457)

13 Patrimônio líquido negativo

13.1 Capital social

O capital social da Companhia integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$ 1.517.876, sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	Ações ordinárias	%
Equatorial Participações e Investimentos II S.A.	8.944.122.803.743	100,00%
Município de Mazagão (minoritário)	191.897	0,00%
Total	8.944.122.995.640	100%

De acordo com o estatuto social, independentemente de reforma estatutária, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 2.500.000.

As ações são consideradas indivisíveis e a cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias.

13.2 Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação é constituída pelos valores referentes a diferenças positivas entre valores de mercado (Valor Novo de Reposição - VNR) apurados na contabilidade societária e valores contábeis componentes do ativo imobilizado, observados os dispositivos legais aplicáveis. De acordo com o Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET Submódulo 2.3 Base de Remuneração Regulatória. O VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessário para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. De acordo com o respectivo submódulo, a aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais, do Banco de Preços da Concessionária ou de Orçamento Referencial. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva é de R\$ 316.819.

13.3 Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de ajuste avaliação patrimonial é de R\$ 40.676 (R\$ 28.774 em 31 de dezembro de 2024). O aumento no saldo ocorreu devido à contabilização de resultado de *hedge accounting* no montante de R\$ 11.902.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

14 Receita operacional bruta

A conciliação da receita bruta para a receita líquida está a seguir demonstrada:

Receita Operacional Bruta	Nº Consumidores		MWh (*)		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento - Faturado	269.878	237.848	1.285.157	108.997	1.221.572	1.107.591
Residencial	247.193	216.562	850.220	74.509	782.501	699.303
Industrial	511	515	32.179	3.810	34.902	35.333
Comercial	16.249	15.469	222.591	19.750	239.547	235.925
Rural	2.837	2.549	6.172	622	6.536	5.899
Poder público	2.359	2.227	120.230	10.343	122.325	105.388
Iluminação pública	340	257	45.037	(916)	28.780	20.118
Serviço público	314	212	6.399	673	6.981	5.625
Consumo próprio	75	57	2.329	206	-	-
Suprimento Faturado	-	-	-	-	162.066	38.306
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	117	90	122.070	9.041	551.720	43.122
Consumidores Cativos	-	-	-	-	492.526	-
Consumidores Livres	117	90	122.070	9.041	55.523	36.562
Encargos de conexão de agentes de geração	-	-	-	-	3.671	6.560
(-) Transferências	-	-	-	-	(497.023)	(3.164)
(-) Trsf p/ TUSD de consumidores cativos	-	-	-	-	(492.526)	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	(2.633)	(1.484)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	(1.864)	(1.680)
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	-	-	-	-	(542)	8.980
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(28.244)	33.147
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	(2.164)	(4.754)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	225.865	227.333
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	1.289	2.541
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	273.390	155.662
Total	269.995	237.938	1.407.227	118.038	1.907.929	1.608.764

(*) não auditado.

15 Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Outorgada efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Compra	(3.230)	1.441	-	-
Total	(3.230)	1.441	-	-
	2025		2024	
	MWh	R\$ Mil	MWh	R\$ Mil
Venda	259.999	38.397	185.804	12.498
Venda estimada (*)	40.763	10.471	9.243	599
Total	300.762	48.868	195.047	13.097

(*) referente ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025 (2024 - período 01 a 31 de dezembro de 2024)

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pela Outorgada que tiveram excedente/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, são normalmente determinados pela CCEE. Como até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis a CCEE ainda não havia disponibilizado as informações necessárias referentes ao período de 01 a 31 de dezembro de 2025, os referidos montantes foram estimados pela Outorgada, com base em seus controles mantidos para essas operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Pessoal e Administradores

	2025	2024
Pessoal	47.521	29.126
Remuneração	30.115	20.627
Encargos	10.558	8.298
Previdência privada - Corrente	103	98
Despesas rescisórias	527	264
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	5.203	3.715
Outros benefícios - Corrente	16.527	9.685
Outros (a)	(15.512)	(13.561)
Administradores	4.104	4.911
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	742	822
Benefícios dos Administradores	3.362	4.089
Total	51.625	34.037

- (a) Refere-se as contas de custos de suporte, custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos. Através dessas contas, são transferidos os custos de suporte que foram alocados no custeio, para o investimento, conforme MCSE.

17 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos de em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada conforme a seguir:

	2025	2024
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	(17.621)	181.331
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	28.192	19.648
Alíquota fiscal	34%	34%
Pela alíquota fiscal	(3.594)	(68.333)
Efeitos fiscais sobre:		
Provisão para riscos judiciais	(7.856)	(16.353)
PCLD	(15.084)	(8.256)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	(140)	-
Provisão para participação nos lucros	339	525
Provisão para recuperação de ativos	6.199	-
Ajuste a valor presente (AVP)	3.906	85
Valor novo de reposição - VNR	(1.598)	(6.420)
Variação SWAP	55.907	(76.373)
Outras provisões não dedutíveis	(1.232)	(3.429)
Outras provisões Permanentes	577	(946)
Variação cambial	(18.204)	-
Pagamento Baseado em ações	126	-
Arrendamentos - CPC06 (R2)	6.373	-
Total	29.313	(111.167)
Prejuízo Fiscal/ Base Negativa de CSLL	22.607	(42.834)
IRPJ e CSLL diferidos do período	-	296
Compensação de Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	(9.879)	-
Incentivo PAT	(421)	-
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	22.607	296

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

17.1 Tributos diferidos não reconhecidos

A Companhia não constituiu Impostos diferidos sobre base negativa e prejuízos fiscais pois está em fase de afirmação do período de *turn around*, conseqüentemente, aguardando a confirmação das projeções elaboradas pela Administração em relação a expectativa de lucros futuros tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou o saldo de R\$ 1.292.521 (R\$ 1.174.317 em 31 de dezembro de 2024) a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias:

	2025		2024	
	Valor	Efeito Tributário	Valor	Efeito Tributário
Prejuízos fiscais acumulados	3.373.990	843.498	3.403.176	850.794
Base Negativa de CSLL	3.365.086	302.858	3.393.785	305.441
Diferenças temporárias	429.897	146.165	53.182	18.082
Total de tributos diferidos	7.168.973	1.292.521	6.850.143	1.174.317

Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais.

18 Revisão e reajuste tarifário

18.1 Revisão tarifária periódica

A Revisão Tarifária Periódica (RTP) é um processo regulatório realizado pelas agências reguladoras de energia elétrica, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no Brasil. Seu objetivo é definir as tarifas de energia elétrica que serão praticadas pelas concessionárias de distribuição em um determinado período de tempo. Essa revisão ocorre em datas definidas nos contratos de concessão ou permissão e envolve uma análise completa das condições da prestação dos serviços e do mercado atendido. O objetivo é reconstruir a tarifa de forma que a receita faturada pelo prestador seja capaz de cobrir os custos eficientes necessários à prestação dos serviços, gerar recursos para investimentos, garantir a adequada remuneração e amortização do capital investido, buscando o cumprimento das metas. Conseqüentemente, a RTP é um mecanismo importante para manter a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e garantir a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Durante a RTP, a ANEEL avalia os ativos que compõem a Base de Remuneração Regulatória (BRR), considerando critérios específicos para sua manutenção e atualização. Portanto, a BRR não é produzida durante a RTP, mas sim revisada e ajustada conforme necessário para garantir a estabilidade e previsibilidade dos valores aprovados anteriormente. A BRR inclui os seguintes itens:

- Ativo Imobilizado em Serviço (AIS): Avaliado e depreciado (ou amortizado, conforme o caso) para grupos de contas como terrenos, reservatórios, edificações e máquinas.
- Intangível: Inclui a conta de servidões.
- Almoxarifado de operação.
- Obrigações especiais.

Durante a RTP de 2024 a BRR, a valor novo de reposição ("VNR") superou a soma dos ativos, a que se relaciona, a valor original contábil ("VOC"). A BRR definida na RTP determina: i) a remuneração do capital investido; ii) o valor a ser incorporado à tarifa para cobrir os investimentos; e iii) a parcela dos custos gerenciáveis da tarifa, que está associada à operação, manutenção e investimentos da distribuidora.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

O Decreto nº 9.642, de 27 de dezembro de 2018, determina que, a partir de 2019, nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, os descontos de que trata o § 2º do referido artigo, que são aqueles aplicados aos consumidores classificados como: Rural; Cooperativa de Eletrificação Rural; Serviço Público de Água, Esgoto e Saneamento; e Serviço Público de Irrigação; sejam reduzidos à razão de 20% ao ano, até que a alíquota seja zero, finalizando em 2023, a aplicação desses descontos. Os descontos atualmente conferidos aos consumidores são custeados pela Conta de desenvolvimento energético (CDE), que repassam às distribuidoras o montante de subsídios concedidos. Com a redução desses descontos, as distribuidoras deixam gradualmente de receber recursos da CDE e passam a receber diretamente desses consumidores.

18.2 Revisão Tarifária Extraordinária (RTE)

De acordo com a 2º subcláusula da cláusula 19º do Contrato de Concessão nº 01/202, entre o período da assinatura do contrato e a primeira revisão ordinária, prevista para ocorrer em 13 de dezembro de 2026, a concessionária pode solicitar uma revisão tarifária extraordinária, desde que observado alguns critérios.

Em 21 de julho de 2022, por intermédio da Carta 26/20222, a CEA exerceu sua prerrogativa contratual e solicitou a realização da revisão extraordinária, no ano de 2023, em substituição ao processo de reajuste tarifário anual, solicitando também que fosse realizada a avaliação completa da Base de Remuneração Regulatória.

O processo de Revisão Tarifária Extraordinária da CEA foi inicialmente pautado para julgamento na 46ª Reunião Pública da Diretoria dessa D. ANEEL (RPO), realizada em 12 de dezembro 2023. No entanto, ao término da deliberação, o Ilmo. Sr. Diretor-Geral pediu vista do processo em epígrafe, com o objetivo de avaliar melhor o assunto.

Contudo, diante da não definição de nova tarifa, a Concessionária informou que se limitará a continuar aplicando as tarifas definidas em seu processo de reajuste tarifário anual de 2022 (RTA 2022), com a garantia de reaver as diferenças entre o valor efetivamente faturado e as novas tarifas aplicáveis oportunamente.

18.3 Reajuste Tarifário Anual (RTA) de 2024

O Reajuste Tarifário Anual (RTA) tem por objetivo repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis. O reajuste acontece anualmente, na data de "aniversário" do contrato de concessão.

Nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das diferenças apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo exercício. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

No ano de 2024, a ANEEL apurou o novo índice do reajuste da Companhia adequando suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes na Resolução Homologatória ANEEL nº 3.430, de 10 de dezembro de 2024, foram reajustadas, em média, 13,70%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora.

18.4 Composição da base de remuneração regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- (a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser "blindada". Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- (b) As inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- (c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária - base incremental (item b);
- (d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- (e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória - BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores(*)
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	893.919.620
(2) Índice de Aproveitamento Integral	6.579.417
(3) Obrigações Especiais Bruta	48.508.210
(4) Bens Totalmente Depreciados	82.362.167
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	756.469.826
(6) Depreciação Acumulada	384.121.773
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	509.797.847
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	3.631.911
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	506.165.935
(10) Almoarifado em Operação	1.671.771
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	46.580.694
(13) Terrenos e Servidões	4.251.579
(14) Base de Remuneração líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	465.508.592
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	3,90%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	29.502.323
(19) WACC real antes de impostos	12,26%
(20) Taxa RGR PLPT	0,73%
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	2,88%
(22) Remuneração de Obrigações Especiais	834.980
(23) Remuneração do Capital = (15)*(20)+(16)*(21)+((14)-(15)-(16))*(19)+(22)	1,72%
(24) Remuneração de Obrigações Especiais = (3) * (23)	834.341
(25) Remuneração do Capital = (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)+(22)	57.906.334
(26) Taxa de Depreciação	3,90%
(27) Quota de Reintegração Regulatória = (5) * (26)	29.502.323

(*) Valores expressos em unidades de reais.

18.5 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O custo anual das instalações móveis e imóveis, também denominado anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores(*)
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	79.464.154
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	35.758.869
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	9.535.699
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	34.169.586
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	4.025.807
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	1.946.781
(7) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	8.541.687
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	14.514.275

(*) Valores expressos em unidades de reais.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

18.6 Resumo do reajuste tarifário

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 3 do PRORET, que trata do reajuste tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, o reajuste tarifário da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT	Receita Verificada
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3 + 1.4)	706.298.643	499.692.263
1.1. Encargos Setoriais	204.463.201	112.100.258
TESEE	1.581.070	916.742
CDE	147.607.574	53.439.796
PROINFA	10.346.181	14.599.120
P&D (Eficiência Energética)	10.859.865	6.542.097
ESS	34.068.511	36.602.503
1.2. Transmissão	46.372.457	47.962.350
Rede Básica	36.195.278	42.135.694
Rede Básica Fronteira	6.708.290	5.487.920
Rede Básica ONS (A2)	170.709	132.655
Conexão	228.940	206.081
Uso do sistema de distribuição e CCD	3.069.240	-
1.3. Compra de Energia	436.128.239	325.957.866
CCEAR Existente	378.483.528	281.561.957
CCCEAR Nova	-	-
Cota Angra I/Angra II	14.009.585	10.856.978
Cotas Lei n ° 12783/2013	32.690.317	28.567.463
Contratos Bilaterais	10.944.809	4.971.468
1.4. Receitas Irrecuperáveis	19.334.746	13.671.789
2. PARCELA B	482.605.717	276.302.163
3. Reposicionamento Econômico	-0,67%	12,85%
4. Componentes Financeiros	-13%	-659%
5. Reposicionamento com Financeiros	-13,51%	6,26%
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	27,21%	29,82%
7. Efeito para Consumidor	13,70%	36,08%

(*) Valores expressos em unidades de reais

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

19 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Notas	2025			2024			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		72.766	-	72.766	83.347	-	83.347
Consumidores	19.1/19.5.3	359.515	45.414	404.929	347.873	5.482	353.355
Concessionárias e permissionárias	19.1	11.064	(11.064)	-	7.705	(7.705)	-
Serviços em curso	19.1	21.440	13.136	34.576	15.348	21.857	37.205
Tributos compensáveis		63.804	2.812	66.616	49.722	19.377	69.099
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	809	-	809
Almoxarifado operacional		9.321	-	9.321	7.652	-	7.652
Investimentos temporários		619.767	-	619.767	878.538	-	878.538
Instrumentos financeiros derivativos		19.009	(10.765)	8.244	33.974	(8)	33.966
Subvenção-CCC		-	8.790	8.790	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	19.2	16.660	(16.660)	-	98.619	(98.619)	-
Despesas pagas antecipadamente	19.1	1.785	(1.785)	-	2.432	(2.432)	-
Encargos setoriais a compensar	19.1	-	-	-	-	-	-
Direito de ressarcimento	19.1	-	-	-	-	11.347	11.347
Outros ativos circulantes	19.1	102.352	(60.566)	41.786	150.494	(49.058)	101.436
Total do ativo circulante		1.297.483	(30.688)	1.266.795	1.676.513	(99.759)	1.576.754
Ativo não circulante							
Consumidores		47.920	-	47.920	71.057	-	71.057
Serviços em curso		5.750	-	5.750	4.270	-	4.270
Tributos compensáveis	19.1	46.135	63.905	110.040	53.121	63.905	117.026
Depósitos judiciais e cauções		7.356	-	7.356	7.773	-	7.773
Ativos financeiros setoriais	19.2	313.213	(186.074)	127.139	149.851	(77.199)	72.652
Instrumentos financeiros derivativos	19.2	-	-	-	62.487	(4.362)	58.125
Despesas pagas antecipadamente	19.1	560	(560)	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes	19.1	78.370	(63.345)	15.025	78.993	(63.905)	15.088
Imobilizado	19.4	1.910.424	(1.910.424)	-	1.694.536	(1.694.536)	-
Intangível	19.4	83.955	970.173	1.054.128	64.066	668.940	733.006
Ativo financeiro da concessão	19.3	-	87.385	87.385	-	55.288	55.288
Ativo de contrato	19.4	-	350.434	350.434	-	536.685	536.685
Total do ativo não circulante		2.493.683	(688.506)	1.805.177	2.186.154	(515.184)	1.670.970
Total do Ativo		3.791.166	(719.194)	3.071.972	3.862.667	(614.943)	3.247.724

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo circulante							
Fornecedores		209.082	-	209.082	182.344	-	182.344
Empréstimos, financiamentos e Debêntures	19.1	512.484	-	512.484	498.506	-	498.506
Obrigações sociais e trabalhistas	19.5	14.232	(9.453)	4.779	10.580	(6.713)	3.867
Tributos a recolher	19.1	132.153	(2.237)	129.916	118.935	(1.452)	117.483
Provisão para litígios		125.673	-	125.673	125.172	-	125.172
Encargos setoriais	19.1	18.156	-	18.156	16.078	-	16.078
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	19.2	17.851	(16.660)	1.191	221.204	(98.619)	122.585
Instrumentos financeiros derivativos		10.765	(10.765)	-	8	(8)	-
Outros passivos circulantes		24.709	(4.806)	19.903	33.681	(4.270)	29.411
Contribuição de iluminação pública	19.2	-	4.806	4.806	-	4.270	4.270
Participação nos lucros	19.1	-	10.720	10.720	-	7.792	7.792
Total do passivo circulante		1.065.105	(28.395)	1.036.710	1.206.508	(99.000)	1.107.508
Passivo não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	19.1	2.435.745	-	2.435.745	2.515.237	-	2.515.237
Tributos a recolher		124.767	-	124.767	201.971	-	201.971
Provisões para litígios		48.469	-	48.469	72.786	-	72.786
Encargos setoriais		15.446	-	15.446	9.426	-	9.426
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	19.2	186.074	(186.074)	-	77.199	(77.199)	-
Instrumentos financeiros derivativos		68.684	-	68.684	4.362	(4.362)	-
Obrigações vinculadas à concessão	19.5	308.855	(308.855)	-	209.993	(209.993)	-
Outros passivos não circulantes	19.1	13.400	-	13.400	12.324	-	12.324
Total do passivo não circulante		3.201.440	(494.929)	2.706.511	3.103.298	(291.554)	2.811.744
Patrimônio líquido							
Capital social		1.517.876	-	1.517.876	1.517.876	-	1.517.876
Reserva de capital		676	-	676	263	-	263
Outros resultados abrangentes	19.5.5	357.497	(316.820)	40.677	370.951	(342.176)	28.775
Prejuízos acumulados	19.5.5	(2.351.428)	120.950	(2.230.478)	(2.336.229)	117.787	(2.218.442)
Total do patrimônio líquido		(475.379)	(195.870)	(671.249)	(447.139)	(224.389)	(671.528)
Total do passivo e patrimônio líquido		3.791.166	(719.194)	3.071.972	3.862.667	(614.943)	3.247.724

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025			2024		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso		1.907.929	392.511	2.300.440	1.608.764	412.612	2.021.376
Fornecimento de energia elétrica	19.1	1.221.030	102.792	1.323.822	1.116.571	59.288	1.175.859
Suprimento de energia elétrica		162.066	-	162.066	38.306	-	38.306
Energia elétrica de curto prazo		59.194	-	59.194	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	43.122	-	43.122
Ativos e passivos financeiros setoriais		190.960	-	190.960	252.562	-	252.562
Serviços cobráveis	19.1	1.289	(1.289)	-	2.541	(2.541)	-
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	19.1	273.390	(273.390)	-	155.662	(155.662)	-
Outras receitas	19.1	-	192.660	192.660	-	142.872	142.872
Receita de construção	19.5	-	367.040	367.040	-	349.773	349.773
Atualização de ativo financeiro	19.5	-	4.698	4.698	-	18.882	18.882
					-	-	-
Tributos		(393.601)	(1.783)	(395.384)	(294.748)	(4.484)	(299.232)
ICMS	19.1	(229.351)	597	(228.754)	(183.703)	(337)	(184.040)
PIS-PASEP	19.1	(29.293)	(425)	(29.718)	(11.299)	(739)	(12.038)
COFINS	19.1	(134.924)	(1.955)	(136.879)	(99.670)	(3.408)	(103.078)
ISS	19.1	(33)	-	(33)	(76)	-	(76)
Outros tributos							
Encargos - Parcela "A"		(81.000)	(9.982)	(90.982)	(128.192)	(9.288)	(137.480)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(7.167)	-	(7.167)	(5.929)	-	(5.929)
Programa de Eficiência Energética - PEE		(7.167)	(23)	(7.190)	(5.929)	(32)	(5.961)
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(65.062)	-	(65.062)	(115.128)	-	(115.128)
Taxa de fiscalização		(1.604)	23	(1.581)	(1.206)	32	(1.174)
Outros encargos	19.1	-	(9.982)	(9.982)	-	(9.288)	(9.288)
Receita líquida / Ingresso líquido		1.433.328	380.746	1.814.074	1.185.824	398.840	1.584.664
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(807.279)	(378.563)	(1.185.842)	(577.841)	(357.763)	(935.604)
Energia elétrica comprada para revenda		(688.718)	(114.407)	(803.125)	(484.421)	(84.110)	(568.531)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	19.1	(118.561)	118.561	-	(93.420)	93.420	-
Subvenção CCC	19.1	-	(15.677)	(15.677)	-	(17.300)	(17.300)
Custo de construção	19.5	-	(367.040)	(367.040)	-	(349.773)	(349.773)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		626.049	2.183	628.232	607.983	41.077	649.060
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(310.485)	39.332	(271.153)	(178.603)	(11.141)	(189.744)
Pessoal e administradores	19.1	(51.625)	564	(51.061)	(34.037)	286	(33.751)
Material		(7.991)	-	(7.991)	(4.342)	52	(4.290)
Serviços de terceiros		(101.147)	12.457	(88.690)	(104.283)	8.795	(95.488)
Arrendamento e aluguéis		(1.487)	-	(1.487)	(898)	-	(898)
Seguros	19.1	(347)	347	-	(163)	163	-
Doações, contribuições e subvenções	19.1	(1.140)	1.140	-	(771)	771	-
Provisões	19.1	7.360	(62.354)	(54.994)	(21.526)	21.448	(78)
Perdas na alienação de bens e direitos	19.1	(47.448)	9.412	(38.036)	(5.683)	-	(5.683)
(-) Recuperação de despesas	19.1	5.227	(5.227)	-	6.489	(6.489)	-
Tributos	19.1	(564)	564	-	(448)	448	-
Depreciação e amortização		(86.966)	15.627	(71.339)	(33.818)	-	(33.818)
Gastos diversos	19.1	(18.192)	17.559	(633)	(26.625)	26.720	95
Outras receitas operacionais	19.1	24.586	(8.125)	16.461	57.063	(27.700)	29.363
Outras despesas operacionais	19.1	(30.751)	57.368	26.617	(9.561)	(35.635)	(45.196)
Resultado da Atividade		315.564	41.515	357.079	429.380	29.936	459.316
Resultado Financeiro		(333.185)	(13.323)	(346.508)	(248.049)	(10.584)	(258.633)
Despesas financeiras		(667.387)	-	(667.387)	(592.901)	-	(592.901)
Receitas financeiras	19.1	334.202	(13.323)	320.879	344.852	(10.584)	334.268
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(17.621)	28.192	10.571	181.331	19.352	200.683
Despesa com impostos sobre o lucro		(22.607)	-	(22.607)	296	-	296
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	296	-	296
Imposto de renda e contribuição social correntes		(22.607)	-	(22.607)	-	-	-
Resultado líquido do exercício		(40.228)	28.192	(12.036)	181.627	19.352	200.979

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

19.1 Reclassificações de apresentação das demonstrações societárias onsumidores

Diferenças de classificação e apresentação de determinados ativos e passivos, despesas e receitas entre as demonstrações contábeis regulatórias e societárias para atendimento ao CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e ao OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Dentre as reclassificações destacam-se a apresentação no societário de: despesas e receitas financeiras setoriais líquidas, reclassificações de saldos de P&D e PEE entre taxas regulamentares e serviços em curso, apresentação de multas por inadimplência como receita operacional, dentre outras.

19.2 Consumidores

Os ajustes realizados são oriundos da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

19.3 Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ajustes são decorrentes de reclassificações acerca da forma de apresentação dos ativos e passivos financeiros que para fins societários, são apresentados líquidos de acordo com o efeito apurado entre circulante e não circulante e que para fins regulatórios são apresentados brutos conforme requer o MCSE.

19.4 Ativos financeiros de concessão

O ajuste refere-se ao ativo financeiro da concessão no âmbito societário, prática conflitante com as regulatórias, decorre da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, bifurcando assim o ativo imobilizado em duas parcelas:

- Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o Valor novo de reposição ("VNR") classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, está a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Tal normativo só produz efeitos no exercício de 2012, não afetando o resultado de anos anteriores.

19.5 Imobilizado, intangível e obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

19.5.1 Reavaliação compulsória

O ajuste de reavaliação compulsória refere-se à diferença entre o Valor Original Contábil (VOC) e o Valor Novo de Reposição (VNR) do ativo imobilizado em serviço, ajustado pela respectiva depreciação acumulada, em decorrência da última Revisão Tarifária anterior à data de entrada em vigor dos ciclos seguintes, a débito e a crédito das contas contábeis dos grupos de ativo imobilizado, intangível e obrigações vinculadas ao serviço público de energia, respectivamente, de acordo com a natureza do saldo de cada conta, em contrapartida da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

19.5.2 Depreciação e amortização

1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de concessão e, ao registro contábil da reavaliação regulatória pela diferença entre o VOC e o valor do bem avaliado e aprovado pela ANEEL em cada ciclo de revisão tarifária.

19.6 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

19.6.1 Ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012, foi editada a Medida Provisória 579, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Para assegurar a melhor estimativa do valor indenizatório ao término do período concessório, realiza-se mensalmente a revisão do valor justo do ativo financeiro, adotando-se como parâmetro de atualização o IPCA. Esta escolha fundamenta-se no fato de o IPCA constituir um dos principais índices de correção utilizados pelo órgão regulador nos processos anuais de reajuste tarifário.

Em 23 de novembro de 2015, mediante a Resolução Normativa ANEEL nº 686/2015, publicada no Diário Oficial da União, efetivou-se a alteração do índice de correção, com a substituição do IGP-M pelo IPCA. Esta mudança considerou igualmente as possíveis variações decorrentes da metodologia de apuração do Valor Novo de Reposição (VNR), garantindo a devida harmonização com os critérios regulatórios vigentes.

19.6.2 Ativo intangível

O efeito é decorrente do estorno do reconhecimento de custos adicionais e juros capitalizados em ordens em curso, reconhecidos na contabilidade societária e que serão amortizados até o prazo final da concessão. Esse ajuste é aceito na contabilidade societária e não é reconhecido na contabilidade regulatória.

19.6.3 Receita e custo de construção (resultado)

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e OCPC 05 – Contratos de Concessão por ser aplicável apenas na contabilidade societária não gera impacto na regulatória. A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O referido CPC não é aceito na contabilidade regulatória.

19.6.4 Remuneração do ativo financeiro (resultado)

O efeito é decorrente do estorno do valor justo do ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao poder concedente ao término da concessão. Esse ajuste refere-se a diferença para ajustar o saldo à expectativa de recebimento do fluxo de caixa, conforme valor justo (valor novo de reposição "VNR"), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional, no resultado do exercício societário. O mesmo é aceito na contabilidade societária e não é aceito na contabilidade regulatória.

19.6.5 Prejuízos acumulados

Os ajustes são decorrentes das práticas contábeis divergentes entre a contabilidade regulatória e societária, conforme evidenciado na nota explicativa nº 21 – Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Valores expressos em milhares de reais)

20 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2025	2024
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) societário	(671.249)	(671.528)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	195.870	224.389
Reavaliação regulatória compulsória (a)	316.820	342.176
Outras reservas de lucros (b)	(120.950)	(117.787)
Patrimônio líquido negativo regulatório	(475.379)	(447.139)

- a) Efeito da reavaliação regulatória não reconhecida na contabilidade societária; e
 b) Efeito dos ajustes no lucro decorrente das diferenças entre práticas contábeis regulatórias e societárias.

21 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	2025	2024
Lucro líquido societário	(12.036)	200.979
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	(28.192)	(19.352)
Receita de construção	367.040	349.773
Custo de construção	(367.040)	(349.773)
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(4.698)	(18.882)
Depreciação e amortização	(15.627)	-
Efeito CPC 47	1.534	(807)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(9.401)	337
Lucro (Prejuízo) líquido regulatório	(40.228)	181.627

22 Eventos Subsequentes

Reajuste Tarifário Annual

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou no dia 07 de abril de 2026, o Reajuste tarifário de 2025 da Equatorial CEA, com efeito consumidor médio de 3,54% e vigência a partir de 13 de abril de 2026. O ajuste financeiro do período de postergação deve ser reconhecido no processo tarifário de 2026, a ocorrer em dezembro.

* * *

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior
(Presidente)

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretoria Executiva

Augusto Dantas Borges
(Presidente)

Henderson Rovay

Cristiano de Lima Logrado

André Luiz Barata Pessoa

José Silva Sobral Neto

Nierbeth Costa Brito

Bruno Pinheiro Macedo Couto
Superintendente de Ativos e Contabilidade
Contador
CRC MA-011842/O-3 S-AP